

ANTECEDENTES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ORIGENS DA FAMÍLIA PATRIARCAL

ANITA CUNHA MONTEIRO¹

INTRODUÇÃO

Entender a família, enquanto instituição social e espaço de socialização, é essencial para o estudo da violência doméstica e familiar. Tendo em vista que as relações violentas nessas dimensões são apreendidas e reproduzidas por meio da educação, observação e até coerção, este artigo constitui um esforço de resgatar, nas origens das relações familiares, contribuições para o entendimento da violência à qual são submetidas muitas brasileiras.

Destaca-se que a dimensão familiar é algo mais amplo que a doméstica. Apesar de ambas estarem associadas ao tradicional espaço privado, a primeira alcança toda a rede de parentesco (consanguíneo e por afinidade) que envolve um indivíduo, enquanto a segunda se restringe às pessoas que coabitam o mesmo lar. Portanto, a violência abordada nessa discussão apresenta, além da dimensão de gênero, essa complexidade ou dupla dimensão: doméstica e familiar.

Ao tentar compreender essa questão, estudos recentes apontam que, no Brasil, o índice de violência registrada contra mulheres

¹ Mestranda em Sociologia no Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. E-mail: monteiro.anita@yahoo.com.br.

creceu quase que na mesma proporção que o crescimento desse grupo populacional. Tendo em vista os dados do Mapa da Violência 2011, presentes no Caderno complementar 1: Homicídio de Mulheres no Brasil, construído a partir dos dados do Ministério da Saúde sobre a vitimização feminina,² é possível perceber que o número de mulheres assassinadas cresceu num ritmo quase constante, sendo muitas vezes equiparável ao crescimento da população feminina. Ainda que os homens sejam indiscutivelmente a maioria das vítimas de crimes violentos letais, as mortes entre mulheres apresentam características peculiares.

Nos 30 anos decorridos a partir de 1980, foram assassinadas no país perto de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. O número de mortes nesses 30 anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6% – mais que triplicando – nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato (Waiselfisz 2012, 5).

Vemos que, em todas as faixas etárias, o local de residência da mulher é o que decididamente prepondera nas situações de violência, com maior incidência até os 10 anos de idade, e a partir dos 40 anos da mulher. Esse dado – 68,8% dos incidentes acontecendo na residência – já permite entender que é no âmbito doméstico onde se gera a maior parte das situações de violência experimentadas pelas mulheres (Waiselfisz 2012, 13).

Esse panorama quantitativo, além de caracterizar a violência contra as mulheres como uma questão doméstica, indaga uma pergunta sociológica: em que medida os pilares (valores e práticas) da família tradicional contribuem para o entendimento da violência doméstica sofrida pelas mulheres atualmente? Ou ainda, em que medida as dimensões familiar e doméstica contribuem para a caracterização desse quadro de hostilidade às brasileiras? Para responder essa questão, é indispensável abordar o processo de colonização do Brasil, a partir de um projeto

2 Os dados do Mapa da Violência foram retirados do Sistema de Informação de Mortalidade da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SIM/SVS/MS). Trata-se de uma das bases de dados mais confiáveis do país, apesar de apresentar defasagem de dois anos. Como o estudo foi realizado em 2012, o último ano disponível era 2010.

de nação empreendido pelos portugueses (constituído por concepções e valores sobre público e privado) que se instaurou no Brasil colônia, deixando legados até hoje.

Nesse sentido, a violência no âmbito doméstico pode ser compreendida a partir da vasta produção sociológica existente nesse campo. Contudo, esta análise parte das contribuições de Engels em *A origem da família*, de Durkheim em *O Suicídio* e de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* pelo esforço de tentar resgatar na sociologia clássica informações sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres na estrutura familiar e no espaço doméstico. Além disso, uma leitura crítica dessas obras, inevitavelmente influenciada pelas reflexões feministas atuais, permite explorar elementos que, por não constituírem o enfoque analítico dessas produções na época, ajudam a compreender porque o lar é um ambiente tão propício à violência de gênero. Portanto, a contribuição da reflexão aqui proposta é resgatar valores, concepções e práticas socialmente construídas como tradicionais e ligadas à família que são essenciais para entender as relações de poder, subjugação e violência nos núcleos domésticos brasileiros.

Com esse propósito, realizou-se um resgate dos valores e costumes familiares durante o Brasil colônia (1531 – 1822), com enfoque nos papéis das mulheres e nas diferenças entre essas (considerando brancas, indígenas e negras). Destaca-se que esses papéis são observados numa perspectiva interacional com os homens e, conseqüentemente, com os valores patriarcais compartilhados por homens e mulheres desde a sociedade colonial até hoje. Portanto, a reprodução e constante reapropriação desses elementos ao longo da história aparecem como cerne dessa análise. Assim, a compreensão dessa fase histórica traz contribuições à perspectiva sociológica no sentido que constitui uma dimensão do projeto colonizador – enquanto empreendimento comercial e cultural, caracterizado pela expansão territorial e de acumulação de riqueza simultâneas à alfabetização e catequização indígena, bem como à exploração de mão de obra

africana – com valores e significados que orientaram a formação da sociedade brasileira.

Para construção de uma abordagem crítica – principalmente relativa aos papéis sociais das mulheres –, foi considerado o tradicional binarismo entre público e privado. Assim, é construída uma perspectiva macrossociológica sobre a instituição familiar enquanto símbolo do espaço privado; em oposição ao espaço público, constituído por todas as representações sociais construídas por homens como, por exemplo, a política, a ciência e a religião.

MÉTODO

Tendo em vista que a violência doméstica e familiar é um objeto de estudo multifacetado e interdisciplinar, esta abordagem parte de uma perspectiva macrossociológica, uma vez que se baseia em resgates históricos e reflexões teóricas. Assim, o referencial utilizado foi constituído a partir das contribuições de Engels, Durkheim, Gilberto Freyre e feministas como Mary Del Priore, Mariza Correa, Maria Quartim, entre outras.

A partir dessas contribuições foi possível construir uma perspectiva sociológica de alguns arranjos familiares estudados por esses autores e autoras, bem como o papel esperado e desempenhado pelas mulheres neles. Considerando que se trata de uma abordagem teórica, reflexiva e qualitativa, afastou-se a viabilidade de uma análise microssociológica, devido à indisponibilidade de dados quantitativos retroativos e relativos a esses diversos arranjos familiares pesquisados, impossibilitando, assim a comparação entre esses. Portanto, essa discussão não esgota o tema, mas apenas oferece uma contribuição por meio de uma análise relacional entre as origens da instituição familiar tradicional e a violência contra as mulheres atualmente.

A ORIGEM DA FAMÍLIA

Uma das perspectivas clássicas sobre formação da instituição família está presente na obra de Engels, intitulada *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Numa perspectiva marxista, na qual a família é vista como a menor unidade de produção capitalista, a contribuição de Engels (1884) se ampara no resgate bibliográfico do estudo de Morgan sobre os iroqueses e outros estudos e observações sobre sociedades indígenas na Ásia e na América, inclusive no Brasil, bem como nos arranjos familiares europeus, considerados pelo autor como mais civilizados.

Nesse sentido, Engels¹ (1884) constrói uma perspectiva evolutiva entre os grupos familiares observados, concebendo “dois estágios pré-históricos de cultura”: o “estado selvagem”, no qual predominavam “povos exclusivamente caçadores” e “a barbárie” cujo “traço característico (...) é a domesticação e criação de animais e o cultivo de plantas” (Engels 1884, 02). Segundo o autor, a fase em que a sociedade passa a se apropriar da natureza e a produzir ferramentas e produtos para seu consumo acontece paralelamente à sua organização em grupos familiares.

Após o período pré-histórico da cultura, Engels (1884) concebe três estágios de evolução da família: a consanguínea, apunaluana e a sindiásmica. A primeira forma de organização desses grupos, a família consanguínea, se organizava na união de casamentos coletivos, tal como observada por Morgan na sociedade iroquesa, nas quais os indivíduos consideravam várias mães e pais nas suas relações de parentesco. Isso acontecia, segundo Engels, devido à poligamia e à poliandria, que não permitia definição dos pais biológicos. Assim, os tios eram equiparados aos pais e as tias às mães para fins de parentesco. Engels observou ainda que não havia interdições sexuais entre pais/ mães e filho(a)s, tio(a)s e sobrinho(a)s nem entre irmã(o)s.

A família punaluanase diferenciou da consanguínea por interditar as relações sexuais entre pais/mães e filho(a)s e posteriormente entre irmãos. No entanto, o casamento continuava sendo entre grupos, ou seja, continuavam sendo permitidas a

poligamia e a poliandria. Assim, continuava sendo possível apenas identificar a linhagem materna, uma vez que não se sabia quais dos maridos era o pai da criança que nascia, sendo os filhos daquela família em comum reconhecidos por todos os parceiros sexuais de cada mulher. Dessa forma, a matrilinearidade permitia o direito matriarcal no que concerne à transmissão da herança e do nome, que cabia à família da mulher, identificando assim as crianças o grupo da mãe ao qual ela pertencia.

Segundo Engles (1884)³, foram mudanças nas relações de matrimônio por grupos que caracterizam o advento da família síndica, na qual “o homem tinha uma mulher principal (ainda não se pode dizer que fosse uma favorita) entre suas numerosas esposas, e era para ela o esposo principal” (Engels 1884, 9). O período da civilização seria marcado, conforme essa teoria, pela instituição da família monogâmica. Para Engels (1884), quando o grupo familiar foi reduzido à sua “última unidade”, composto por “um homem e uma mulher” (ainda que com distribuições de direitos e obrigações desiguais), seria possível a estruturação da sociedade capitalista.

Neste estágio, um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser um direito dos homens, embora a poligamia seja raramente observada, por causas econômicas; ao mesmo tempo, exige-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres, enquanto dura a vida em comum, sendo o adultério destas cruelmente castigado (Engels 1884, 9).

Nessa perspectiva marxista, as mulheres são vistas como valiosos bens de troca, pois além de representarem força de trabalho doméstico, eram meios de reprodução de mão de obra. Portanto, a família se estruturou segundo a lógica de uma unidade de produção, na qual os casamentos eram arranjados segundo a conveniência econômica para aumentar as possibilidades de

3 A versão da obra consultada é eletrônica, não apresentando ano de edição nem número de páginas. Para isso, utilizou-se o ano da publicação original da obra [1884] nas citações e os números de páginas verificados para impressão.

crescimento econômico mútuo entre as duas famílias envolvidas no matrimônio.

Além disso, a monogamia proporcionou aos homens o domínio sobre essas unidades de produção, conforme a divisão sexual do trabalho e a atuação preponderante na esfera pública, e regulamentava toda a vida doméstica.

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. (...) Bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino sairiam dela, passando à gens de seu pai. Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno (Engels 1884, 14).

Nessa perspectiva, a passagem da família poligâmica, regida pelo direito hereditário materno, para a monogâmica, regida pelo direito paterno, instituiu o patriarcado cujo grupo familiar se submete a um chefe, que é o homem, único esposo, pai dos herdeiros e detentor de escravos. “*Famulus* quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem” (Engels 1884, 15).

O governo do lar se transformou em serviço privado, a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. (...) A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais (Engels 1884, 21).

É importante destacar que, para além da perspectiva econômica de dominação masculina nessa “menor unidade de produção”, Engels (1884) revela em sua análise a formação das relações de poder entre homens e mulheres na formação da instituição familiar, bem como a transição do direito matriarcal para o patriarcal. Assim, embora a preocupação marxista seja a usurpação do trabalho feminino, reduzida à condição escrava, essa

explicação revela uma lógica de poder violenta nas relações familiares entre homens e mulheres.

Apesar da usurpação do trabalho feminino não explicar todas as nuances da violência de gênero hoje (pais contra filhas, filhos contra mães, irmãos contra irmãs, neto(a)s contra avós/avós, homofobia etc.), o trabalho de Engels (1884) nos permite observar a implantação da família monogâmica em sociedades americanas e asiáticas – durante o processo colonial – ocorreu por meio da ruptura de costumes e solapamento de valores que operavam nessas sociedades, o que já constitui um choque, senão uma violência.

Tal como foi caracterizada por Engels, o surgimento da “família civilizada”, parece ter sido a instalação desse modelo aqui no Brasil durante a colonização, ou seja, uma família monogâmica, que exige a castidade e a rigorosa fidelidade conjugal para as mulheres e permite aos homens o heterismo (prostituição) e o adultério.

Somente após a instauração da “família civilizada”, segundo Engels, se desenvolveriam as concepções de “amor sexual” e “amor conjugal”, como ideais de relacionamento nos quais a liberdade de escolha do(a) parceiro(a) se opunha à prática dos casamentos arranjados. Esses valores se tornaram verdadeiros obstáculos para os casamentos por conveniência econômica, observando-se inclusive numa vasta produção literária. Uma delas é o drama de Romeu e Julieta, de William Shakespeare, sobre o amor proibido de dois adolescentes cuja morte acaba unindo suas famílias que não aceitavam essa união por conta de interesses econômicos. Além disso, conforme chama atenção Matheus Blach (2011) para os estudos de Georges Duby (1990) sobre História da vida privada e de José Rivair Macedo (2002) sobre A Mulher na Idade Média, percebe-se:

(...) que matrimônio no período medieval tinha como objetivo principal a procriação visando a perpetuação da linhagem, ou seja, gerar filhos para herdar os bens e o nome da família construindo uma dinastia, garantindo a continuidade de sua propriedade. A grande maioria desses casamentos eram arranjados e cuidadosamente escolhidos pelos

pais dos noivos para que os bens familiares não fossem dispersos e para que a família mantivesse uma a linhagem tradicional (Blach 2011).

Assim, as mudanças nas concepções de casamento e do papel atribuído à mulher nas sociedades ao longo da história são importantes para se compreender o advento do “amor sexual” e “conjugal”, que vieram acompanhados da ideia de liberdade de escolha do parceiro(a) e posteriormente de amor romântico.

Contudo, na ideologia marxista, a total liberdade de escolha dos parceiros sexuais e afetivos, dentro do matrimônio só seria plenamente vivenciada com a extinção das diferenças de classe. Por esse ponto de vista, as relações originárias da família monogâmica, que ganha dimensão social a partir da assinatura do contrato matrimonial, se constituíram de forma desigual na distribuição de direitos e obrigações entre homens e mulheres. Portanto, essa associação já era vista por Engels como desvantajosa para as segundas. Apesar de uma perspectiva evolucionista que prevê a hierarquização e sucessão entre diferentes modelos familiares, a obra de Engels contribui para o entendimento dos antecedentes dos papéis familiares que permanecem até hoje na concepção de família tradicional brasileira. É, portanto, a compreensão dos valores e das relações entre esses papéis que podem contribuir no entendimento da violência doméstica e familiar atual.

O PESO DOS PAPÉIS SEXUAIS NA FAMÍLIA QUANTO AO SUICÍDIO

Para compreender o peso dos papéis familiares entre homens e mulheres no modelo biparental, monogâmico e patriarcal, é possível lançar mão do clássico estudo de Durkheim (1982 [1897]) sobre o suicídio, que busca explicações de perspectiva coletiva para tal fenômeno. A fim de encontrar e entender as motivações sociais para o suicídio, Durkheim o divide em três grandes categorias: o “anômico”, o “suicídio egoísta” e o “altruísta”.

Tendo em vista que o suicídio anômico apresenta menos elementos explicativos para o entendimento dos papéis sociais de homens e mulheres, ele é prescindido nessa análise. Como Durkheim explica a anomia por meio da falta de regulação (geralmente ligada a valores morais que um grupo exerce nos indivíduos, o suicídio anômico estaria associado a abruptas mudanças de estados (geralmente materiais, financeiros e econômicos) que fazem indivíduos perderem suas referências em relação à sociedade. Utilizando dados relativos a crises e repentinos crescimentos econômicos, Durkheim afasta da compreensão do suicídio anômico a influência dos papéis sexuais. Como neste trabalho, a preocupação principal está voltada para o entendimento desses papéis na estrutura familiar, o suicídio é visto apenas como um indicador do peso de cada um deles no modelo civilizado concebida por Engels (1884). Portanto, são destacadas aqui as duas categorias de suicídio que mais contribuem para essa preocupação: o suicídio egoísta e o altruísta.

O SUICÍDIO EGOÍSTA

Durkheim (1982 [1897]) enfatiza a distinção entre os papéis sociais de homens e mulheres no estudo sobre os suicídios. Isso se percebe na abordagem do autor sobre a família como uma estrutura complexa que se inicia com um vínculo afetivo e cresce por meio de laços de consanguinidade. Dessa forma, Durkheim concebe a família biparental, na qual homens e mulheres são os agentes fundadores e os filhos o legado familiar material e imaterial.

Na estrutura biparental, homens e mulheres têm papéis completamente diferentes, podendo ser o suicídio um indicativo do peso que os indivíduos de diferentes sexos carregam na vida familiar. Assim, no caso do suicídio egoísta, aquele relacionado à insatisfação do indivíduo com o grupo social no qual se insere, Durkheim observa entre o grupo desolteiro(a)s, casado(a)s e viúvo(a)s o que ele chama de "coeficiente de preservação" quanto ao suicídio. Tendo em vista que o objetivo de Durkheim é observar as motivações de natureza coletiva para a decisão de se

suicidar, os vínculos e papéis familiares são decisivos para o entendimento dessas causas.

Desse modo, "(...) um sexo é sempre mais favorecido que o outro no casamento como na viuvez. Na França, os homens casados têm um coeficiente (de preservação) maior que o das mulheres; o dos viúvos é também mais elevado que o das viúvas" (Durkheim 1982 [1897], 147). Ao perceber que a condição de casado, assim como a de solteiro(a) inserido num núcleo familiar biparental, deixa o indivíduo menos suscetível ao suicídio que a de viuvez, Durkheim entende que quanto maior a "densidade familiar" – na profundidade de seus laços e na quantidade de membros – menor é a propensão ao suicídio. Assim, quanto à contribuição dos laços familiares, o(a)s solteiro(a)s e casado(a)s estariam mais imunes que os viúvos.

(...) o fator essencial da imunidade das pessoas casadas é a família, isto é, o grupo completo formado por pais e filhos. Sem dúvida, como os cônjuges são membros dela, contribuem também, por sua vez, para produzirem esse resultado, não só como marido e mulher, mas como pai e mãe, na qualidade de funcionários da associação familiar (Durkheim 1982, 151).

No entanto, fazendo uma distinção entre sexos,

(...) nas sociedades nas quais o homem lucra com a família mais que a mulher, ele sofre mais que ela quando fica só, porém, ao mesmo tempo, está em melhor situação para suportar esse sofrimento, porque as salutares influências que recebeu o tornam mais refratário às resoluções desesperadas (no caso do suicídio) (Durkheim 1982, 150).

Dessa forma, ao se comparar o "coeficiente de preservação" da mulher viúva e do homem viúvo, o da primeira é maior que o do segundo. Isso faz Durkheim perceber que o casamento e a família trazem mais responsabilidades ou desvantagens para as mulheres que os homens. Portanto, no que se refere à influência do grupo familiar na preservação ao suicídio, esse "varia na razão inversa do grau de integração da sociedade doméstica" (Durkheim 1982 [1897], 161), consideradas as diversas diferenças

relativas aos papéis sexuais dentro de cada um dos grupos analisados: solteiro(a)s, casado(a)s e viúvo(a)s.

Nesse sentido, o peso dos papéis sociais entre homens e mulheres e a densidade de laços morais são essenciais tanto à compreensão do suicídio como da família. Tendo em vista ainda o tradicional binarismo entre público e privado, Durkheim (1982 [1897]) faz uma referência aos diferentes laços de envolvimento dos dois sexos na esfera pública quando se remete à vida social de homens e mulheres.

Quando se vê a viúva suportar a sua condição muito melhor que o viúvo e aspirar com menos ardor a um novo casamento é-se levado a crer que essa predisposição a dispensar a família seja um sinal de sua superioridade, costuma-se dizer que, sendo mais intensas as faculdades afetivas da mulher, por isso mesmo acham mais facilmente emprego fora do ciclo doméstico, ao passo que o seu devotamento nos é indispensável para ajudar a suportar a vida. Na realidade, se ela tem privilégio, é que sua sensibilidade é antes rudimentar do que muito desenvolvida. Como vive mais que o homem fora da vida comunal, esta vida exerce menor influência sobre ela: a sociedade lhe é menos necessária porque ela é menos impregnada de sociabilidade. (...) Com algumas práticas de devoção, alguns animais para cuidar, a solteira preenche a sua vida. O homem, pelo contrário, se sente comprimido nesse espaço. (...) Por ser um ente social mais complexo, só pode se manter em equilíbrio se achar mais pontos de apoio no exterior, e, por depender de mais condições, a sua base moral se transtorna também mais facilmente (Durkheim 1982, 167).

Dessa forma, Durkheim (1982 [1897]) deixa nítido que a preservação feminina em relação ao suicídio na viuvez é resultante de sua incipiente inserção na vida pública. Chegando a atribuir o papel de cuidadora de um animal como suficiente para a sanidade mental feminina, Durkheim aponta para a divisão sexual do trabalho como um processo social que naturalmente “comprime o homem” no espaço doméstico, ao invés de aprisionar as mulheres, da qual se exige “indispensável devoção” aos afazeres do lar. Portanto, é esse um dos pontos indispensáveis para compreensão da naturalização da violência na esfera doméstica que será explorado mais adiante.

O SUICÍDIO ALTRUÍSTA

Durkheim (1982 [1897]) entende o suicídio altruísta como o oposto do egoísta, ou seja, quando o indivíduo tira a vida por estar demasiadamente integrado ao grupo. Nesse caso, como os homens são historicamente os ocupantes da vida pública, eles seriam as vítimas mais numerosas. Portanto, nesse caso, o suicídio também é um indicador da relação entre papéis sexuais conforme a atuação nas esferas pública e privada.

Assim a compreensão desses dois modelos teóricos sobre o suicídio – o egoísta e o altruísta – trazem a relação entre os papéis sexuais e a divisão das esferas públicas e privadas.

A rigor, essa influência do sexo é muito mais um efeito das causas sociais do que de causas orgânicas. Não é por diferir fisiologicamente do homem que a mulher se mata menos ou mata menos que ele, mas porque não participa do mesmo modo e com a mesma intensidade da vida coletiva (Durkheim 1982 [1897], 272).

Além disso, a contribuição de Durkheim (1982 [1897]) abrange o entendimento da contribuição dos laços familiares para tendências do comportamento coletivo. Assim, a influência do grupo sobre o comportamento dos indivíduos pode ser considerada um dos grandes legados de Durkheim para a sociologia. Contudo, para este trabalho, a contribuição durkheimiana se coloca na desconstrução de que os sexos determinam comportamentos unicamente por razões biológicas, e que a sociedade é capaz de influenciar as ações dos indivíduos por razões tipicamente coletivas.

A partir desse entendimento, é possível desenvolver a discussão sobre a ocupação das esferas pública e privada por homens e mulheres, além de refletir sobre a própria divisão do espaço social nesses dois campos. Para isso, vale destacar a família biparental, monogâmica e patriarcal como símbolo da esfera privada. É nesse sentido que se desenvolve a próxima seção sobre o papel das mulheres na concepção da família brasileira.

AS MULHERES NA ESTRUTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Os diversos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade brasileira também podem ser compreendidos a partir do processo de colonização e estabelecimento da família patriarcal numa população formada por europeus, indígenas (ameríndios) e africanos. Nesse espaço, o projeto colonizador português instituiu as normas de conduta (língua, credo, valores, associação familiar etc.), trazendo uma das principais características da sociedade europeia: a família biparental, monogâmica e patriarcal.

Segundo Gilberto Freyre (2001 [1933]), as sociedades indígenas brasileiras viviam sob uma estrutura familiar coletiva, na qual coabitavam na mesma moradia vários grupos familiares, as mulheres indígenas não pertenciam a um único homem, podendo se relacionar com vários dependendo da situação. Apesar de parecer uma desagradada vida sexual aos olhos dos primeiros observadores, Freyre chama atenção para as diferentes normas de conduta e entendimento da sexualidade entre esses povos.

Aliás, o intercurso sexual entre os índios dessa parte da América não se processava tão a solta e sem restrições como Vespúcio dá a entender; nem era a vida entre eles a orgia sem fim entrevista pelos primeiros viajantes e missionários. A laxidão, a licença sexual, a libertinagem, observa Felhinger que não se encontra entre nenhum povo primitivo; e Baxer salienta a inocência de certos costumes – como o de oferta de mulheres ao hóspede – praticados sem outro intuito senão de hospitalidade. O que desconfigura esses costumes é a má interpretação dos observadores superficiais (Freyre 2001[1933], 173).

Apesar de considerar equivocada a interpretação de alguns observadores portugueses, por outro lado, Freyre (2001[1933]) percebe a formação da sociedade brasileira como uma “degradação moral completa”, resultante do “choque de duas culturas” que resultou num modelo diverso do biparental, monogâmico e patriarcal europeu.

Considerando nesse ensaio o choque das duas culturas, a europeia e a ameríndia, do ponto de vista da **formação social da família brasileira** – em que predominaria a moral europeia e católica – não nos

esqueçamos, entretanto, de atentar no que foi para o indígena, e do ponto de vista de sua cultura, o contato com o europeu. Contato dissolvente. Entre as populações nativas da América, dominadas pelo colono e pelo missionário, a **degradação moral completa**, como sempre acontece ao juntar-se uma cultura, já adiantada, com outra atrasada (Freyre 2001[1933], 179).

Ao se remeter à inadequação das famílias mais populares ao modelo português, Gilberto Freyre (2001[1933]) não concebe que o descumprimento das regras do patriarcado já estava presente em território europeu com a prostituição e o adultério permitidos aos homens. Assim, é interessante perceber que a dita “degradação moral completa” não resultou do choque cultural entre portugueses e indígenas no Brasil, mas já configuravam exceções permitidas aos homens no modelo civilizado.

Além disso, o projeto colonizador foi, em parte, facilitado pela similar opressão que os indígenas dispensavam às mulheres tal como os portugueses. Assim, Gilberto Freyre confere uma abordagem romantizada da exploração do trabalho e apropriação das técnicas indígenas pelo português, sendo o trabalho delas destacado como um fator que contribuiu para o “sucesso” do empreendimento colonizador no Brasil, em oposição à recusa de cooperação por parte dos homens.

(...) sob o ponto de vista da organização agrária em que se estabilizou a colonização portuguesa do Brasil, **maior foi a utilidade social e econômica da mulher** que a do homem indígena. Este se retraiu quase por completo aos esforços dos colonos e mesmo aos agrados dos padres para o incorporarem à nova técnica de exploração econômica e ao novo regime de vida social. **Melhor ajustamento se verificou da parte da mulher**; o que se compreende, dada a sua superioridade técnica entre os povos primitivos; e dada a sua tendência maior para a estabilidade entre os povos nômades (Freyre 2001[1933], 186).

Dessa forma, a instalação da família patriarcal no Brasil se desenvolveu por meio da exploração do trabalho indígena, principalmente feminino, além da escravização de africanos como mecanismos de manutenção da estrutura social portuguesa. É nítido que o objetivo da colonização não era só econômica, tendo como um de seus alicerces a missão jesuítica.

A verdade, porém, é que dominou as missões jesuíticas um critério, ora exclusivamente religioso (...), ora principalmente econômico (...); para enriquecerem, tanto quanto os colonos nas indústrias e no comércio do mate, de cacau, de açúcar e de drogas (Freyre 2001 [1933], 214).

Considerando assim os objetivos ideológicos e econômicos da colonização portuguesa na América, vale destacar que a exploração de matéria-prima para comercialização no mercado internacional e a catequização dos indígenas eram projetos complementares. Portanto, enquanto a coroa portuguesa lucrava com a exploração econômica, a catequização dos índios tinha importância fundamental na dominação cultural, favorecendo assim a instalação de umacolônia atuante em, pelo menos, duas dimensões.

Nos primeiros anos de colônia, vê-se a necessidade de adaptar princípios legais e imperativos econômicos a interesses particulares, incompreensíveis para os representantes do poder metropolitano. Os planos de desenvolvimento e de expansão evangélica esboroavam-se, portanto, diante das escusas possibilidades materiais e de debilidade humana (Del Priore 1993, 109).

Na linha que concebe a complementaridade entre o projeto colonizador econômico e cultural e até a sobreposição do segundo em relação ao primeiro, é possível desenvolver uma perspectiva do estabelecimento da família patriarcal enquanto uma das dimensões do projeto colonizador português, ainda que de forma não intencional.

Nesse sentido, Ogando (2010) destaca que a sociedade brasileira foi construída sobre o sistema patriarcal que está estruturado sobre binarismos como público e privado, masculino e feminino, entre outros. Nesse projeto colonizador, o papel feminino foi-se definindo segundo a conveniência do grupo dominante, ou seja, homens, descendentes de portugueses integrantes da elite. Assim, houve uma implementação forçada do modelo da família biparental, monogâmica e patriarcal, que concebia as mulheres de família como castas – representadas em sua maioria pelas brancas descendentes europeias, adequadas à reprodução da estrutura familiar – e a “mulher da rua”, prostituta – representada pela negra ou indígena – sexualmente desejada e

explorada pelos homens brancos e colonizadores aos quais eram permitidos o adultério e a prostituição⁴.

Em sentido complementar, Del Priore (1993) acrescenta que essa classificação das mulheres, desde o Brasil colônia, em brancas europeias mães de família, ou seja, a “santa mamãezinha” e as mestiças, geralmente desejadas sexualmente, mas desinteressantes para casar por razões econômicas e sociais, ou seja, a “mulher errada” está intimamente ligada à separação dos espaços em público e privado. Ao passo que a igreja se empenhava numa “ação moralizante” diante de tantos costumes considerados errados, principalmente na dimensão sexual.

Se o discurso do Estado português preocupava-se com os vazios demográficos, a dispersão populacional e o relaxamento de costumes, a Igreja recortava com destreza, no universo de infrações recorrentes em colônias, aquelas cometidas por mulheres, dando início à construção da boa-e-santa-mãe (Del Priore 1994, 110).

A parceria entre Estado português e Igreja era tão eficaz que a construção do mito da boa mãe, atrelado à imagem de mulher pura ou “mulher pra casar” ou ainda “mulher de família” se encaixava perfeitamente no modelo tradicional de família. Assim, os comportamentos moralmente condenáveis não só das mulheres, mas também dos homens, no caso pederastas, que eram demonizados e conseqüentemente não reconhecidos pela estrutura familiar.

Nessa perspectiva, as primeiras mulheres a circularem no espaço público foram as negras, tidas como sexualizadas e satanizadas, em oposição às brancas, sagradas e puras. As negras precisaram sair de casa antes para garantir seu sustento, mesmo

4 Além dessa clássica divisão racial no enquadramento dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres no Brasil colônia, cabe destacar a sexualização das brancas que, por motivos inerentes a suas trajetórias, eram desonradas e vistas como inaptas ao matrimônio ou ainda aquelas que por simples condições sociais desfavoráveis viviam em núcleos familiares diversos do dominante, não estando na disputa de um casamento na elite.

que obrigadas a se prostituir, enquanto as brancas continuavam restritas à casa e à igreja.

No Brasil colônia, o que se pode observar com certeza é que pequena parcela das famílias se constituía licitamente e estas, sem dúvida, pertenciam à elite social. A maioria das mulheres de classes subalternas dos centros urbanos, zonas de mineração, fronteira ou passagem, tinham seus filhos no cenário de relações concubinárias e, portanto, perseguidas pela Igreja como pecaminosas (Del Priore 1994, 74-75).

Dessa forma, o projeto de nação implantado pela parceria Estado português e Igreja católica reproduziu a união entre conjugalidade, maternidade, sexualidade e natalidade da família tradicional monogâmica numa mesma instituição: o casamento. Nesse modelo de interação social, imposto como ideal moral, a monogamia e a sexualidade com fins para reprodução eram os pilares. Apesar de tendenciosamente tentar rotular como degradados os populares, o adultério, o concubinato e os filhos bastardos, esses já eram comuns entre os europeus desde a "origem da família" biparental, monogâmica e patriarcal, conforme abordagem engelianiana. Portanto, a massa de pobres e mestiços, vistos como degenerados socialmente por Gilberto Freyre, faz parte de uma construção discursiva preocupada com a diferenciação das elites, que dispunha de mecanismos para esconder suas infrações ao código moral criado por ela mesma, além de criar motivos para a catequização em massa.

Numa leitura crítica de Freyre (2001 [1933]), que prevê o descumprimento das regras da família patriarcal brasileira pela massa miserável ou ainda considera inovadora a elite que aceitava negros dentro da casa grande, percebe-se que esse modelo familiar pressupõe uma violência estruturante no sentido de Bourdieu (1999).

Segundo essa concepção estruturante (Bourdieu, 1999), a família poderia ser analisada sob a ótica de uma estrutura simbólica, na qual as desigualdades de gênero são reproduzidas por homens e mulheres diariamente por meio de percepções, pensamentos, representações e comportamentos, muitas vezes violentos. Essa

estrutura (re)produtora de violências de gênero, físicas ou simbólicas, é possível devido à “dominação masculina”, composta basicamente por três elementos: os agentes ativos, os homens; os passivos, as mulheres; e a própria lógica da dominação. Assim, as mentes e os corpos femininos constituem um espaço simbólico de atuação do poder masculino (Bourdieu 1999).

Tendo em mente que a família colonial conservou oficial e publicamente as características da monogamia, mas absorveu os filhos bastardos, inferiorizando o lugar deles dentro da casa grande e retirando-lhes o direito de herança, observa-se que a estrutura familiar patriarcal escamoteou a opressão desses filhos bastardos não considerados herdeiros por lei. Tal inferiorização ocorria de forma semelhante com as mulheres negras que, apesar de aceitas na casa grande, eram assediadas e violentadas sexualmente pelos chefes de família e exploradas como “amas de leite” pelas mães brancas, deixando muitas vezes de amamentar seus próprios filhos (Segato 2007).

Essa ambígua relação entre valores familiares (publicamente reproduzidos) e normas públicas (intimamente transgredidas) permitiu por muito tempo aos “chefes de família” não se responsabilizarem pelos “filhos bastardos”, e pela exploração e agressão dos corpos femininos, negros e indígenas; revelando assim uma mútua influência entre os espaços público e privado no Brasil. Essa continuidade, tradicionalmente escamoteada pelo binarismo entre público e privado, traz em si elementos que permitem compreender a violência na formação da sociedade brasileira e de seus núcleos familiares, através do código de conduta que ambigualmente permite o proibido a grupos mais poderosos e exige o impraticável aos subjugados, colocados quase sempre na posição de inadequados.

Essa ambiguidade intrínseca ao patriarcado pode ser observada na sociedade brasileira contemporânea se observarmos a sub-representação de grupos historicamente subjugados em espaços públicos de poder e a resistência das instituições a mudanças mesmo quando ocupadas por esses grupos. No caso

específico das relações de gênero, o legado patriarcal é tão vivo que é comum mulheres reproduzirem tanto no espaço público quanto no privado opressões antes tipicamente masculinas.

Dessa forma, é possível perceber como a composição da família patriarcal e do Estado brasileiro não somente se influenciam como se reforçam mutuamente. O caráter intrinsecamente violento dos arranjos familiares no Brasil é decorrente do processo de colonização, que apesar de ser público foi influenciado pelos valores patriarcais. Essa mútua influência se observa hoje quando o Estado regulamenta o espaço privado a exemplo da Lei 11.340/2006, que dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, e da pensão alimentícia no Código Civil. Por outro lado, os valores da família influenciam no público quando a Presidência da República lança políticas de assistência social, intituladas “Bolsa Família” e “Brasil Carinhoso” (Portal Brasil 2012), voltadas para combater a fome e para crianças em famílias de extrema pobreza respectivamente. Essa associação do benefício à família e do cuidado das crianças à iniciativa estatal demonstra uma continuidade entre o público e o privado. Assim, percebe-se uma interação entre esses espaços tão multidimensional, contínua e, às vezes, até ambígua, que se torna difícil a separação deles pelo tradicional binarismo oposicionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais contribuições alcançadas ao longo deste trabalho foram, a partir do resgate dos valores da família tradicional patriarcal, remeter aos tradicionais papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. Viu-se que a associação cristalizada desses papéis às esferas pública e privada foram utilizadas por várias análises sociológicas clássicas, mas que, principalmente em Gilberto Freyre, o processo colonizador foi descrito como mais complexo do que tradicionalmente narrado pelos informantes da coroa portuguesa.

A partir daí, a perspectiva crítica feminista do empreendimento colonizador acrescentou um caráter violento à divisão dos papéis sexuais desde o Brasil colônia que classifica as mulheres até hoje em adequadas ou inadequadas ao gosto e à demanda sexual masculina. A questão principal para esse trabalho é que a construção do mito da “boa e santa mãe” boa pra casar; em oposição à “mulher errada”, com quem é permitido fazer tudo sexualmente, não livra nenhuma delas da violência patriarcal.

Além disso, a reflexão teórica mostra que a violência inerente à sociedade patriarcal está intimamente relacionada como o processo colonizador e a implantação de um modelo ideal de família patriarcal, axiologicamente reproduzido, mas impraticável desde sua origem, além de fundado na extrema desigualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres.

Tem-se ainda uma relativização do tradicional binarismo entre público e privado que não se sustenta diante das ambiguidades presentes no modelo familiar patriarcal e na sociedade brasileira. Assim, é comum valores da intimidade como, por exemplo, o do cuidado ser reproduzido na esfera pública em políticas sociais, bem como normas públicas serem necessárias para regulamentar conflitos domésticos e familiares. Portanto, a publicização do privado e a privatização do público não são movimentos recentes, pelo contrário, apenas revelam uma nova perspectiva sobre esses espaços tradicionalmente contrapostos.

Essa constatação aponta para uma complexidade na compreensão da violência doméstica e familiar contra a mulher, que foge da concepção tradicional de publicizar o privado, pois muitas vezes as mulheres saem de seus papéis de vítima para agressoras. Esse deslocamento constitui um desafio para as instituições que operacionalizam esse conflito, tendo em vista que partem de pressupostos cristalizados dos papéis masculino e feminino, de vítima e agressor, da mulher frágil, vulnerável e da resistente, durona; enfim de todos os binarismos que continuam reproduzindo interpretações equivocadas e embaçadas pela dificuldade de se lidar com a complexidade das ambiguidades desse campo.

Por fim, cabe destacar que as limitações dessa construção teórica do ponto de vista metodológico é a tendência a reduzir a subjetividade de cada indivíduo na análise à perspectiva estrutural, simplificando assim as interações sociais às interinstitucionais. Portanto, os desafios da capilarização da análise e o diálogo entre os dados quantitativos e a abordagem teórica são lacunas que o olhar macrossociológico sempre deixa em relação ao interacionista. Assim, o trabalho buscou construir uma dimensão da violência doméstica e familiar estruturante relacionada aos valores da família patriarcal e dos processos colonizador brasileiros.

REFERÊNCIAS

- Corrêa, Mariza. *Morte em família; representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- Corrêa, Mariza. "A família em questão." Revista de estudo e pesquisa em educação 37 (maio 1981). Corrêa, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil." *Cadernos de Pesquisa* 37 (maio 1991): 5-16.
- Blach, Matheus. "Amor e Casamento na Idade Média: A produção cultural e o imaginário contemporâneo sobre o mundo medieval." Revista Digital sobre História (2011). Acesso 25/11/2012. <http://www.sobrehistoria.org/amor-e-casamento-na-idade-media-a-producao-cultural-e-o-imaginario-contemporaneo-sobre-o-mundo-medieval/>
- Bourdieu, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Del Priore, Mary Lucy Murray. "Brasil Colonial: Um caso de famílias no feminino plural." *Cadernos de Pesquisa* 91 (nov. 1994): 69-75.
- Durkheim, Émile. *O suicídio*. Título original: *Le suicide*. Tradução autorizada da sexta tiragem (1979) da nova edição publicada em 1930, por Presses Universitaire de France, (1982[1897]).
- Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. [1884]. Acesso: 25/11/2012. <http://www.intersindical.inf.br/livros/A%20Origem%20da%20Familia,%20da%20Propriedade%20Privada%20e%20do%20Estado.pdf>
- Foucault, Michel. *Ordem do Discurso*. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, Brasil, 1996.
- Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala. Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil – I*. 43ª E. Rio de Janeiro: Record, (2001[1933]).
- Moraes, Maria Quartim de. "Família e Feminismo." *Caderno de Pesquisa* 37 (maio 1981): 44-51.
- Ogando, Ana Carolina Freitas Lima. "Entre o Público e Privado: as relações de Gênero no Pensamento Positivista e Católico (1870-1889)." *Apresentado no 9 encontro Fazendo Gênero Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010*.
- Portal Brasil. *Tire suas dúvidas sobre o Brasil Carinhoso*. Acesso: 25/11/2012. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/07/06/tire-suas-duvidas-sobre-o-brasil-carinhoso>.
- Samara, Eni de Mesquita. Casamento e Papéis familiares em São Paulo. *Revista de estudo e pesquisa em educação* 37 (maio 1981).

Segato, Rita L. “O Édipo Brasileiro: ensaio psicanalítico sobre a feminilidade, criação e maternidade.” In *Maternidade e Feminismo. Diálogos Interdisciplinares*, editado por Cristina Stevens. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

Waiselfisz, Julio Jacobo. “Mapa da Violência 2011. Os novos padrões da violência homicida no Brasil.” *Caderno complementar 1: Homicídio de mulheres no Brasil*. Acesso 06/ 08/2012. http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf.

RESUMO

Este trabalho se debruça sobre o tema da violência familiar no Brasil – enquanto problema sociológico e social que atinge mulheres, crianças, idosos e deficientes – fazendo um resgate dos valores e das práticas do patriarcado que estruturam a violência familiar no Brasil. Para isso, o ensaio abordará especificamente a violência sofrida pelas mulheres no âmbito familiar, utilizando as contribuições de Engels sobre a origem da família, de Durkheim sobre a influência dos papéis familiares na tendência ao suicídio e de Gilberto Freyre sobre a família patriarcal brasileira. A partir dessa perspectiva clássica, construída por esses autores, o artigo busca, em estudos feministas – de Mary Del Priore, Mariza Correia, Ana Carolina Ogando, Maria Quartim de Moraes, Rita Segato, dentre outras –, elementos para a construção de um panorama macrossociológico sobre a relação entre instituição familiar tradicional e violência de gênero. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa por meio do resgate histórico de diversos arranjos familiares que contribuem para a compreensão da violência doméstica e familiar contra as mulheres hoje no Brasil. Apesar de lacunas metodológicas e epistemológicas que uma análise macrossocial oferece, o trabalho constitui um esforço de apropriação da perspectiva desses autores para compreensão do cenário brasileiro atual.

Palavras chave: família, violência doméstica e mulher

RESUMEN

Entendiendo la violencia doméstica en Brasil como un problema social y sociológico que afecta a toda la sociedad, además de las mujeres, este artículo recoge a los orígenes de la familia tradicional para abordar específicamente la violencia contra las mujeres. Se utiliza el origen de la familia en Engels, la influencia de los roles familiares en el suicidio de Durkheim, en la familia patriarcal Gilberto Freyre, además de las perspectivas feministas contemporáneas a través de un estudio exploratorio cualitativo para rescatar a los elementos históricos que contribuyen a la comprensión de la relación entre la familia tradicional patriarcal y la violencia doméstica.

Palabras clave: la familia, la violencia doméstica y las mujeres

ABSTRACT

Understanding domestic violence in Brazil as a social and sociological problem that affects all of society besides women, this article captures the origins of the traditional family, specifically violence against women. It uses hence the origin of the family in Engels, the influence of family roles in Durkheim's suicide, the patriarchal family in Gilberto Freyre and the contemporary feminist perspectives through a qualitative and exploratory study that rescue historical elements for contribute to understanding the relationship between traditional patriarchal family and domestic violence.

Keywords: family, domestic violence and women